

ORDEM GLOBAL E REGIONAL

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Subordinada, ideologizada e misógina

Graciela Rodriguez
Novembro de 2020



A política externa brasileira irá exibir um caráter subordinado, mas também ideologizado e misógino, abusando dos estereótipos conservadores.



Essa restauração conservadora é nodal para compreender a racionalidade neoliberal, que atualmente está combinando o mercado e os interesses privados com os afetos e as táticas de vida dos setores populares, criando novas e sofisticadas formas de costurar a governança macropolítica com um tecido social modelador das subjetividades.



Faz-se fundamental utilizar a perspectiva feminista na análise da política externa do governo bolsonarista.

A política externa brasileira do governo Bolsonaro-Mourão no campo das relações internacionais oferece um conjunto de perplexidades. Tentar entendê-la é tarefa necessária e também um desafio. Fosse ao menos por uma questão de sofisticação ou complexidade de suas propostas; antes, é pela opacidade e aparente desconexão entre os princípios que foram animando suas decisões. Entretanto, as argumentações e definições que nela vão-se somando, acabam estruturando um caminho coerente de análise, especialmente em conexão com a geopolítica global e com a lógica neoconservadora que vêm ganhando espaço nos últimos anos na arena internacional.

Nesse sentido, diante do caráter moralista e do ataque frontal à categoria de gênero que a política externa do governo bolsonarista exhibe, se faz fundamental utilizar a perspectiva feminista na análise. De fato, o feminismo, mirada abrangente sobre o mundo e a política, permitir-nos-á compreender de forma mais relevante e complexa o papel que esta restauração conservadora está cumprindo para viabilizar a expressão política do neoliberalismo em sua fase financeira. Este é um dos pontos nodais da compreensão da racionalidade neoliberal, que está atualmente combinando o mercado e os interesses privados com os afetos e as táticas de vida dos setores populares¹, tecendo novas e sofisticadas formas de costurar a governança macropolítica com um tecido social modelador das subjetividades. Assim, esta abordagem feminista, que vai entrelaçar as razões econômicas liberalizantes com as diretrizes ideológicas moralizantes que compõem este governo, buscará entender de forma sistêmica a dinâmica de expansão deste aparentemente contraditório “liberalismo antidemocrático”² e como ele se expressa no Brasil.

Sabemos que a política externa de um país é sempre resultado e está conectada com suas políticas públicas internas e com a disputa de interesses que a sustentam. Assim, a política externa do atual governo se baseia e se fortalece no processo de golpe que vivemos no Brasil desde 2016 e das tramas que o provocaram. Estas, muito ligadas aos fios laçados entre os interesses norte-americanos na região e as novas lógicas econômicas determinadas pelo sistema financeiro internacional, mas também escoradas nas profundas mudanças políticas funcionais dessas novas lógicas, utilizando para sua viabilização elementos neoconservadores que têm crescido no mundo ocidental.

De fato, não se pode interpretar o golpe e a chegada de Bolsonaro ao governo, e com ele de sua política externa, sem compreender duas questões importantes que buscaremos analisar separadamente. Em primeiro lugar, a nova fase do capitalismo financeirizado no Brasil, com suas múltiplas articulações produtivas e especulativas, incluindo o acelerado crescimento da lógica das ilegalidades, que por sua vez, articulam o financeiro ao militar-policial remanescente da última ditadura, com reflexos na própria estrutura social do país e

suas consequências internacionais. Em segundo lugar, a amálgama de perspectivas ideológicas, que utilizaram diversos elementos, dentre eles o binômio “anticomunismo” e “ideologia de gênero”, e que contribuíram para quebrar o frágil ciclo democrático que crescia no Brasil a partir do processo Constituinte, dando vazão a uma nova etapa da acumulação capitalista no país.

A ascensão recente da hegemonia do capital financeiro no mundo globalizado vem gerando diversas tendências. A concentração massiva do capital na ciranda financeira é uma delas; sua capacidade cada vez maior de controlar e submeter os governos nacionais a seus desígnios, outra. Por outro lado, a agressiva e inesperada força da onda neoliberal conservadora, que varre grande parte da América Latina e do mundo ocidental, também está muito ligada e contribui significativamente para essa expansão financeira (sobretudo especulativa). Simultaneamente, essa onda também potencializa e, por sua vez, se nutre dessa visão conservadora, baseada fundamentalmente em cruzadas antigênero e anticomunismo, que resultaram elementos fundamentais de aglutinação de forças políticas no processo eleitoral.

De modo sucinto, tentaremos analisar essas lógicas, que se retroalimentam mutuamente: para compreender a política externa brasileira deste momento é preciso imbricá-las, e perceber as mútuas sinergias que elas produzem.

Financeirização ascendente e desindustrialização

As mudanças econômicas marcantes que caracterizam os anos recentes serão inicial e rapidamente repassadas, para termos um breve sumário das transformações políticas e sociais que o Brasil de Bolsonaro apresenta.

Basicamente, a financeirização retrata um processo em que os mercados financeiros, as instituições e as elites financeirizadas passam a ter peso crescente nas políticas econômicas (Palley 2007). O Brasil, que começou um processo crescente de financeirização e bancarização da economia durante as últimas décadas, foi vivenciando um acelerado processo de desindustrialização de forma concomitante. Tal processo de ampliação da hegemonia do capital financeiro, inerente à atual fase do neoliberalismo, teve um surgimento precoce no país, ainda que de abrangência elitizada e restrita, segundo alguns autores³, determinando uma mudança importante no comportamento das elites brasileiras, aprofundando cada vez mais sua lógica dependente, pois urgidas em se acoplar ao mercado financeiro internacional.

A expansão do setor financeiro da economia enquanto novo estágio do capitalismo vem sendo anunciada desde a década de 80, e se tornando um processo evidente em nível global desde a década de noventa com a consolidação da globalização econômica. Essa financeirização das economias, inicialmente nas grandes economias desenvolvidas, vai paulatina-

1 Gago, Verónica. “A razão neoliberal: economias barrocas e pragmáticas populares”. São Paulo: Ed. Elefante. 2018

2 Brown, Wendy. “Nas ruínas do neoliberalismo”. São Paulo: Ed. Politeia. 2019.

3 Lavinhas, Araújo e Bruno. “Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória”. Rio de Janeiro: UFRJ - Instituto de Economia-. Texto para discussão 032. 2017.

mente chegando à periferia do sistema, atingindo o Brasil já a partir dessa época.

Aqui, também, o crescimento da financeirização e da bancarização, primeiro como um processo elitizado, mas em ampliação quase permanente a partir da primeira década do século XXI, irá tomando conta rapidamente do panorama econômico nacional. Porém, esse processo, que não pretendemos analisar aqui em profundidade, mostrou também características semelhantes à financeirização dos países centrais, onde ela foi realizada não mais de forma subordinada à atividade produtiva. Assim, no Brasil, o sistema financeiro tornar-se-á hegemônico no âmbito do capitalismo nacional, permitindo e até favorecendo o desacoplamento da base produtiva industrial enquanto alicerce da economia.

“Ao ratificar [...] que a financeirização precoce da economia brasileira...] exacerba a preferência pela liquidez dos detentores de capital, inibindo a imobilização de capital no setor produtivo, se conclui que a financeirização se impõe como entrave estrutural ao crescimento econômico, expresso na expansão modesta do PIB brasileiro no período 2004-2010. De quebra, ainda acentua a reconcentração funcional da renda”.⁴ Assim, podemos deduzir com clareza que a expansão financeira, que se desenvolve desde a década de 90, se realizou em detrimento dos setores produtivos, favorecendo o já conhecido processo de desindustrialização que vive o país.

Ao mesmo tempo, analisar o processo de financeirização do Brasil, sobretudo a partir da virada do século, nos permite perceber como ele vai-se relacionando paulatinamente com o que poderíamos chamar de “capitalismo da ilegalidade”, nutrido dentre outros pelos fluxos de recursos resultantes das políticas de combate ao narcotráfico.⁵ Esse falso combate, com enormes consequências na região, dentre elas a fragmentação dos territórios e a desagregação das comunidades e periferias urbanas, tem significado também o aumento dos fluxos de dinheiro ilícito que muitas vezes acaba sendo “lavado”⁶, como fica a cada dia mais evidenciado na camuflagem de algumas igrejas de formação recente, e que percorre diversos caminhos do *off-shore*, passando pelas guardidas fiscais.

Tudo isso complementa uma trama financeira especulativa e de transações provenientes da corrupção e da evasão fiscal das empresas, em especial das transnacionais, da corrupção dos sistemas políticos e do funcionalismo público em diversas instâncias do executivo, mas também passando pelo legislativo e alcançando cada vez mais visivelmente o poder judiciário. Este processo – que já tem sido analisado por diversos autores, e precisa ainda de um maior aprofundamento – é percebido não só no Brasil, como em grande parte da região. Ele vem provocando ataques às democracias dos países e diversas tentativas de controle das populações, na maior par-

te das vezes com mecanismos repressivos. A situação em vários países da América Latina e, em particular, no caso do Brasil com a ascensão do que tem sido chamado de neofascismo, não se explica sem esse conluio entre o capital financeiro e a institucionalidade bancária protegida, por um lado, e os mecanismos delituosos (exercidos por militares, policiais e ex-policiais, milicianos – paramilitares – protegidos por alguns funcionários públicos, juizes, promotores etc.) que foram crescendo em décadas de articulação com a política norte-americana de “combate ao tráfico de drogas”, que muito pouco combateu e que acabou robustecendo práticas e agentes das ilicitudes, possibilitando alavancar essa trama financeira opaca.

Todos estes elementos resumidamente elencados, tanto do processo de expansão da financeirização da economia brasileira, quanto a sua imbricação com as ilegalidades, permitem vislumbrar mudanças importantes e profundas nas estruturas sociais e de poder no Brasil. As características da tradicional elite agrária rentista, agora financeirizada, foram fortalecidas em detrimento de setores da chamada “burguesia nacional”. Se importantes grupos econômicos deste setor foram fortalecidos no governo Lula e seu projeto industrializante, no momento posterior foram ativamente combatidos pelo golpe através, dentre outros, do processo de *lawfare*. Este mecanismo legal atingiu não só a figura do Lula, como também os setores fundamentais da economia nacional como a construção civil, a exploração petrolífera e sua cadeia produtiva, a indústria de bens de consumo, os setores industriais de agregação de valor no agronegócio etc., impactando e desestruturando fortemente a produção nacional e a elite mais modernizada e organizada tradicionalmente na FIESP.

Estas questões levantam reflexões necessárias acerca das acentuadas transformações estruturais nas classes dominantes brasileiras e, inclusive, sobre seus arranjos de poder com setores das ilegalidades. Isto tudo com mudanças estruturantes no mundo do trabalho e com alterações muito significativas nas classes trabalhadoras, cada vez mais precarizadas, o que irá compor um quadro com alterações substanciais em diversas dimensões da estrutura social do país.

A internacionalização das finanças brasileiras

De outro lado, a internacionalização crescente dos capitais nacionais, formando parte dos fluxos financeiros e dos mercados acionários e especulativos nas bolsas do sistema global, vai submetendo a economia brasileira à lógica rentista fundamentalmente extrativista e provocando uma deterioração do crescimento produtivo diante da primazia especulativa. Trata-se de um processo ainda pouco estudado no Brasil, que precisará integrar estes diversos aspectos, que foram os que criaram o substrato onde surgirá o golpe, diante das novas necessidades da acumulação do setor financeiro rentista, que irá, com cada vez mais força, desenhar as regras do jogo político.

Esse jogo também inclui uma aliança subordinada aos capitais internacionais e, em particular, aos tradicionais capitais norte-americanos dominantes na região e suas empresas

4 Idem

5 Políticas promovidas pelos EUA em estreita relação com as Forças Armadas da América Latina.

6 https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,milicias-do-rio-mantem-parceria-com-policia-faccoes-e-igrejas-pentecostais-aponta-estudo,70003488831?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link

transnacionais com substanciais interesses no país. Retomar, assim, esse tradicional eixo de alinhamento da diplomacia brasileira com os interesses dos EUA, provisoriamente deslocado por um maior distanciamento de prioridades promovido pelos governos Lula e Dilma, tornou-se agora ponto fundamental da nova política externa brasileira.

De fato, a política externa do governo Bolsonaro-Mourão irá expressar rumos muito novos para a tradicional diplomacia brasileira, não só identificada pelo “profissionalismo”, mas também por sua atuação relativamente independente. A “equidistância pragmática” de Getúlio Vargas nos anos do pré-Segunda Guerra Mundial, a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubistchek, a “política externa independente” de Jânio Quadros, o “pragmatismo responsável” do general Ernesto Geisel, o neoliberalismo mitigado dos anos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a política externa “ativa e altiva” da dupla Lula e Celso Amorim; todos esses períodos ou momentos fundamentais da história da diplomacia brasileira apresentam sua chave explicativa na maior ou menor adesão aos interesses de Washington.⁷

Já durante a campanha, o candidato à Presidência, esse obscuro e direitista deputado federal que iria se tornar chefe do governo, mostrou indícios do alinhamento a Trump e a seu discurso conservador e, mais ainda, copiou suas diretrizes e estilo de campanha, incluindo o uso massivo e distorcido das mídias sociais, como já tinha sido visto e depois exposto com exaustivas denúncias naquele país. Desde o início do governo, esse caminho de relação submissa aos interesses norte-americanos foi se aprofundando, tanto em declarações, gestos e intenções, mas especialmente em ações e definições de política externa, transformando-se no elemento mais evidente e marcante da presença do Brasil no âmbito internacional.

A aliança subordinada do Brasil especificamente aos interesses norte-americanos consolidou-se rápido com Bolsonaro, e logo percebeu-se que existia coerência nessa submissão aos interesses de EUA e a lógica de profunda reforma do estado brasileiro, tanto na desregulação da legislação trabalhista, quanto da ambiental, já que ambas favorecem o investimento extrativista das grandes corporações norte-americanas. Da mesma forma em que as privatizações promovidas pelo atual governo, dando continuidade ao golpe iniciado com o governo Temer, favorecem os interesses de tais empresas estadunidenses.

O caso da Embraer e o descaso com essa empresa que se encontrava na vanguarda tecnológica brasileira, vendida inicialmente para a corporação Boeing e que agora, como registrado por Mineiro⁸, tem destino no mínimo incerto, demonstra esse favorecimento ao desmonte da indústria nacional que buscou abrir mercados para as corporações americanas. Se o caso da Embraer é emblemático desta política externa casada com os interesses americanos, outro

exemplo, a entrega da Base Militar de Alcântara⁹, toma ares de vergonhosa subserviência, pelo potencial que tal espaço privilegiado na linha equatorial terá para o lançamento de satélites comerciais ou até militares, numa época em que desde a pesquisa e o controle climático até o futuro das comunicações virtuais serão realizados através da atmosfera e do espaço aéreo, fundamentalmente.

Já, casos como a ocupação de cargos no próprio governo brasileiro são de opróbrio explícito. É o caso, por exemplo, da indicação de amigo americano de Bannon, Gerald Brant, para assumir cargo no Itamaraty¹⁰, segundo a jornalista Monica Bergamo, que tuitou: “Os norte-americanos não são mais apenas ‘amigos’ do governo Bolsonaro. Eles já estão indicando quadros de seu próprio país para ocupar cargos no Itamaraty”.

Também teve grande repercussão o caso da cessão de militar brasileiro da ativa – o Brigadeiro David Almeida Alcofarado – para servir ao Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, que foi apresentado pelo Almirante norte-americano Craig Faller ao presidente Trump em evento público, explicando que o governo de Jair Bolsonaro “está pagando para ele vir aqui e trabalhar para mim”.¹¹

Exemplos dessa subserviência, tanto no âmbito econômico financeiro, como no político e também ideológico, têm se multiplicado em episódios que de início incitavam o deboche e a chacota, mas que paulatinamente foram se transformando em um *modus operandi* do governo em termos de política externa, dando assim passo à consolidação de esta orientação política que foi chamado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim de “Diplomacia da vassalagem”.¹²

1 - O BRASIL SUBORDINADO

Pensando na chave da geopolítica internacional, a relação dos países periféricos com a potência hegemônica tem sido sempre determinante para compreender a capacidade do exercício da soberania de tais países. Essa imediata adesão do governo Bolsonaro ao interesse nacional dos EUA publicamente expressa e o beneplácito e aprovação irrestrita e caudatária às diretrizes do governo de Trump, evidenciaram rapidamente a limitação das decisões soberanas do Brasil que estaria presente nas definições de política externa brasileira.

Em outros momentos da história, o Brasil se alinhou. O que causa espanto desta vez, no entanto, é que, por mais que se procure, nada se encontra que possa ser qualificado como do interesse nacional. Desde o início

7 Fuser, Igor. “A diplomacia da subserviência: política externa com as orelhas de Mickey” em Brasil: Incertezas e submissão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2019.

8 Mineiro, Adhemar. <https://terapiapolitica.com.br/2020/07/17/a-covid-19-pode-salvar-a-embraer/>

9 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/20/base-de-alcantara-decreto-que-aprova-acordo-do-brasil-com-os-eua-e-publicado-no-dia-rio-oficial.ghtml>

10 <https://twitter.com/monicabergamo/status/1268856649130872832?s=12>

11 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/brasil-paga-para-ele-trabalhar-para-mim-diz-comandante-americano-sobre-brigadeiro-veja-video.shtml>

12 Paulo Henrique Amorim no programa Conversa Afiada.

do atual governo, o Brasil diminui sua margem de manobra: cede aos EUA sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte do vizinho do Norte (Teixeira, 2019). Cedemos por antecipação e por escolha.¹³

Estas atitudes deram, assim, confirmação às amplas denúncias que, desde 2013, davam conta da ativa atuação da inteligência norte-americana no processo preparatório do golpe no Brasil e, em 2016, na deposição ilegítima da presidenta Dilma Rousseff.

Como tem sido fartamente denunciado na região, o ciclo de governos progressistas que teve seu auge a partir do início do século XXI, cresceu no calor de uma luta anti-imperialista de cunho bastante tradicional na América Latina. Desde finais do século XIX, a região começou a sofrer os efeitos de uma reinterpretação imperialista da Doutrina Monroe, que irá servir a partir de então como linha de sustentação do caráter expansionista da nova potência regional emergente no continente. Neste sentido, o século XX na América Latina viu-se constantemente às voltas com diversas intervenções militares norte-americanas, primeiro na região da América Central e Caribe e, de maneira paulatina, expandindo sua presença e influência na América do Sul.

Nesse contexto histórico, a partir de finais da primeira década do presente século, temos presenciado um processo gradual de desestruturação das tentativas soberanistas, ainda que tímidas, alcançadas em diversos países da região latino-americana.

Assim, esta última década, coincidindo nada casualmente com o pós- crise de 2008, deu passo a uma atualização da presença imperial dos EUA na região sul do continente, que voltou a ser olhada com interesse estratégico diante da disputa internacional e a necessidade de defesa de sua hegemonia global ameaçada. Os EUA, que ainda mantêm a hegemonia militar, cultural e financeira, sabem, entretanto, que sua superioridade econômica está ameaçada frente ao acelerado crescimento da China que, se espera, em pouco tempo irá ultrapassar o PIB americano. Essa situação tem mexido o tabuleiro geopolítico global, colocando os EUA em situação de alerta e desafiados a manter seu papel hegemônico. Por esse motivo, o limitado, porém importante distanciamento do consenso de Washington, alcançado pelos países progressistas da região latino-americana na primeira década do século XXI, precisava ser apagado, possibilitando uma maior ingerência norte-americana no processo político regional e ampliando o controle econômico-financeiro da região.

Nesse sentido, também a aproximação do Brasil com a China através da sua participação nos BRICS precisava ser desmontada. A ativa participação brasileira do governo Lula na criação dos BRICS foi parte importante de uma estratégia para expandir o multilateralismo e novos pontos de poder emer-

gentes que não poderia ser tolerada pelos EUA. O governo Bolsonaro acabou sendo uma resposta muito afinada aos interesses americanos, pois ajudou a diluição da presença brasileira nos BRICS, ainda que sem ruptura explícita, mas boicotando de fato o processo de construção desse bloco. Sem dúvida, este é um ponto de forte tensão para a política externa do governo brasileiro, pois é justamente a China o maior parceiro comercial do Brasil e as exportações do agrogócio continuam crescendo em ritmo acelerado, condicionando o distanciamento apregoado nos discursos de Bolsonaro e do chanceler.

Mas evidentemente, o jogo pelo restabelecimento hegemônico pleno dos EUA não se resume a isso; a recuperação do controle das economias da América Latina continua fundamental para os interesses desta potência e está sendo ativamente buscada em diversos cenários e com estratégias híbridas.

O aprofundamento do modelo agrário-mineiro exportador no Brasil e na região se mostra fundamental para o crescimento econômico das grandes empresas transnacionais e, em particular, das corporações americanas por aqui instaladas, em um momento de aguda crise capitalista reforçada pela necessidade de manter a debilitada hegemonia da principal potência global.

Entretanto, é necessário pontuar que este projeto de manutenção da hegemonia norte-americana está se processando em uma época de agudas e reiteradas crises do neoliberalismo em sua etapa financeirizada, e em um clima de transição da economia industrial para a etapa da economia digital, que está transformando radicalmente o modelo produtivo global.

As análises feministas, com a possibilidade de utilizar uma mirada transversalizada, têm nos oferecido uma perspectiva eficiente para analisar essa transição, a partir da qual podemos situar este momento na história das relações capitalistas. Segundo Federici “cada fase da globalização capitalista, incluída a atual, é acompanhada por um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, mostrando que a expulsão continuada de camponeses da terra, a guerra e a pilhagem em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época”.¹⁴

Evidentemente, esta argumentação permite uma caracterização sintética do momento histórico de transição em que vivemos, que é também um tempo de agressiva renovação da acumulação capitalista para financiar o salto científico-tecnológico de passagem a esta nova etapa do capitalismo cognitivo. E esta transição requer também profundas modificações sociais, não só na estrutura de classes das sociedades, como também nas mentalidades que possam ir incorporando as transformações necessárias nas subjetividades.

Por isso, o sistema capitalista está atualmente impondo com violência renovada processos de financeirização e, ao mesmo

13 Gonçalves e Teixeira. “Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA”. Rio de Janeiro: UFRJ, Revista Sul Global. <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061/pdf>

14 Federici, Silvia. El Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación primitiva”. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños. 2014.

tempo, de mudanças sociais que acompanham a feroz etapa neoliberal da economia, dando conta de suas necessidades de exclusão de parte importante das populações e de acumulação de capital em magnitude grandiosa a partir da exploração, em especial dos territórios nos países da periferia, de modo a viabilizar os altos investimentos necessários para o desenvolvimento do amplo campo da virtualidade que se descortina à frente.

A coerência na vassalagem

Se esta reconfiguração imperial é um processo reiterado e já conhecido na América Latina, temos agora uma novidade importante, que ainda parece pouco considerada nas análises da região. A conversão das oligarquias tradicionais e das elites empresariais, agora completamente dispostas a abrir mão dos interesses nacionais para fazer parte do processo de financeirização da economia globalizada, mostra-se como um novo paradigma de atuação. Olhando para o poder econômico na região, percebe-se que o mesmo tem sofrido, como apontado por Zaiat, “uma forte transformação e que se encontra cada vez mais afastado do destino do mercado interno de seus países, operando em áreas monopólicas ou com posições dominantes e subordinadas à valorização financeira dos seus excedentes, em sua maioria dolarizados e em fuga do país”. Trata-se de um empresariado nacional em processo de transnacionalização, que não encontra interesse em um projeto de desenvolvimento nacional e, pelo contrário, anseia por participar das teias do sistema financeiro internacional.¹⁵

As elites brasileiras estão agora empenhadas em empurrar a economia brasileira na direção do mercado financeiro internacional, a partir de sua participação privilegiada na economia extrativista, atualmente turbinada pelo capital financeiro. Entre os elementos decisivos para essa dificuldade em apostar no desenvolvimento nacional, aparece a preeminência do modelo neoliberal global financeirizado que, em certo sentido, torna anacrônicas as intenções neokeynesianas. Isso explica o desmonte do estado, a falta de compromisso com as opções produtivas e a industrialização digital, com a inovação tecnológica, o descaso com a educação e especialmente o abandono das universidades, a falta de políticas públicas de empregabilidade. Em suma, a inviabilização de projeto nacional soberano é o projeto.

Resumindo assim, as nossas elites dependentes estão ensaiando com o governo Bolsonaro um processo drástico: por um lado, o aprofundamento da corrupção endêmica e de aliança de interesses financeiros que amalgamam lícito com ilícito, sem perspectiva alguma de um projeto de desenvolvimento autônomo, e pelo outro, a brutal imposição e aprofundamento do modelo extrativista agro-mineiro exportador a serviço dos interesses transnacionais para participação nas cadeias globais já não só de produção, mas sobretudo de participação nos mercados financeiros internacionais. E para sua imposição, ambos precisam ora da crescente militariza-

ção dos territórios e da legitimação do regime pela violência, ora do controle ideologizado das subjetividades para implementação de uma democracia de baixa intensidade. A vassalagem na política externa resulta assim em um caminho complementar à consolidação dessa perspectiva financeirizada e transnacionalizada das elites brasileiras, sem compromisso algum com um modelo soberano, ambientalmente sustentável e socialmente viável.

Ao mesmo tempo, a necessidade das elites nacionais regionais de fortalecer suas alianças subordinadas, mantendo o controle dos territórios e das populações submetidos à enorme pressão da exploração internacional, está mostrando suas capacidades de gerenciar novos formatos de governos nacionais autoritários com estratégias diversificadas de vigilância e dominação.

Justamente por essas necessidades de garantir o lucro dos capitais financeiros e a acumulação capitalista necessária a esta etapa, vemos aparecer as chamadas estratégias híbridas de controle hegemônico e, dentre elas, o crescimento do neoconservadorismo como pilar fundamental da lógica de fortalecimento da hegemonia americana, em especial diante dos riscos da presença da China como potência global. Todo o arcabouço ideológico será assim montado para justificar e levar adiante esse processo de subordinação política do ocidente e, em particular, da América Latina, reatualizando a lógica imperialista da Doutrina Monroe, tal como feito no início do século XX, fortalecendo agora a presença militar, política, econômica e cultural-religiosa dos EUA na região.

2 - O BRASIL IDEOLOGIZADO

Assim, o segundo eixo estruturante dos principais delineamentos do atual governo de Bolsonaro para a política externa que o Brasil exhibe está ligado ao campo ideológico que fundamenta muitas das opções orientadoras, tanto no âmbito internacional, como também interno, permitindo a viabilização eleitoral do projeto de subordinação.

De fato, a chegada de Bolsonaro ao poder está estreitamente relacionada com a influência das direitas neoconservadoras no mundo inteiro e responde a um alinhamento a essa onda conservadora internacional, que tem transformado a expressão política do Ocidente. As marcas do apoio dessas direitas conservadoras com visões autoritárias e, especialmente, com novas metodologias e estratégias de opinião pública para modelagem das eleições foram a cada dia mais evidentes. O movimento que toma relevância com Bush, a partir dos conhecidos acontecimentos de setembro de 2001, a ampliação e surgimento de partidos de extrema direita com presença parlamentar (como a AfD na Alemanha, o Vox na Espanha, o DS - partido de raízes neonazistas - na Suécia etc.) ou com o avanço de processos liderados por ideias conservadoras (como o plebiscito que levou Inglaterra ao Brexit) ou a eleição de governos autoritários ou populistas de ultradireita, como na Itália, Polônia, Hungria, e a própria eleição de Donald Trump nos EUA, foi se expandindo. Esse movimento também se espalhou pela América Latina em uma onda conservadora - chamada de maré azul - que foi modifi-

15 Zaiat, Alfredo. “La conducción política del poder económico”. Página 12. Buenos Aires, 12 de Julio 2020.

cando a coloração política da região, desde a Honduras de Hernandez, o Paraguai de Cartes, a Guatemala do comediante Jimmy Morales, até o Chile de Piñera, posteriormente inscrevendo nessa onda o Bolsonaro no Brasil e, por último, a agora derrotada Jeanine Añez na Bolívia.

O governo brasileiro de Jair Bolsonaro inaugurou uma inédita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo: uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais. A ausência deste norte fundamental, que traz, entre outras consequências, uma adesão excessiva, quase totalmente automática e acrítica às decisões e políticas dos Estados Unidos de Donald Trump, coloca o Brasil em posição de grande desvantagem e insegurança em determinados âmbitos do plano internacional.¹⁶

Existe de fato certa unanimidade em torno do papel que a questão ideológica tem para o governo Bolsonaro, imbricada justamente com a própria figura de Trump, que a mudança na presidência dos EUA poderá modificar de agora em diante.

Para visibilizar o eixo ideológico, temos que elencar, muito resumidamente, vários elementos que podem contribuir para entender esta guinada conservadora no ocidente e na região, em especial no Brasil que, com certeza, é o caso mais emblemático desta perspectiva.

A escolha do chanceler brasileiro, Ernesto Henrique Fraga Araújo, dá início ao andamento de uma política externa ideologizada. Discípulo de Olavo de Carvalho, um dos promotores e mentores da chegada ao Brasil destas ideias promovidas por alguns *think tanks* americanos neoconservadores, que, em 2018, lança suas elucubrações sobre o processo geopolítico internacional no artigo “Trump e o ocidente”¹⁷, no qual coloca o mandatário americano como “salvador” de um ocidente em risco.

Com Bolsonaro eleito e com Araújo, Ministro das Relações Exteriores, vão se evidenciando vários elementos deste aglomerado de ideias, que condensa alguns dos aspectos do pacote ideológico desta direita fundamentalista, que conjuga elementos do negacionismo científico, de defesa da irracionalidade, de revisão cultural e religiosa do cristianismo, de recuperação de conceitos e práticas medievais, somadas à perspectiva de supremacia do homem branco impregnada de machismo e racismo. Estes valores e sistema de crenças terão então papel fundamental na defesa de posicionamentos na PEB – Política Externa Brasileira, em casos que vão desde o apoio à mudança da capital de Israel de Tel Aviv para Jerusalém, até os temas de mudanças climáticas e de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres nos debates multilaterais na ONU.

16 – Gonçalves e Teixeira. “Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA”. Rio de Janeiro: UFRJ Revista Sul Global, 2020. <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061/pdf>

17 – Cadernos de Política Exterior ano III – número 6 – 2º semestre 2017 <http://segundasfilosoficas.org/trump-e-o-ocidente/>

Os pilares ideológicos da transição

Na América Latina e em muitos países da periferia do mundo, o século XX nos acostumou com “golpes de estado”, que de maneira violenta e de tempos em tempos, quebravam o andamento das formas republicanas de governo. Eram vividos como momentos de exceção e em geral representavam situações traumáticas para os países, que se bem respondiam a interesses comumente econômicos das elites, eram dados quando não se alcançava um consenso social mínimo que viabilizasse satisfatoriamente a exploração dos recursos naturais e do trabalho pelas classes dominantes. O século XXI nasce explorando outro formato para tais golpes de estado, com processos de quebra parcial da institucionalidade ou com subterfúgios judiciais e legislativos que permitam torcer o rumo das decisões eleitorais populares. Modernos processos de manipulação das informações e, em consequência, das escolhas dos eleitores estão desfilando diante de nós, ao mesmo tempo em que surgem diversas formas de conquista “ideológica” dos eleitorados. O conservadorismo reaparece, assim, como um conjunto de visões e perspectivas que acena para essa conquista de votos, às vezes, até genuinamente, diria, apelando ao sentido conservador das pessoas, mas em muitos casos buscando catalisar a chamada manipulação das subjetividades, de maneira a estruturar algum campo consensual na sociedade, que permita viabilizar as mudanças necessárias a cada situação política específica. Neste caso, estamos falando de uma profunda transição do modelo produtivo associada a uma violenta exploração extrativista para acumulação de capital a partir dos fatores da produção, que precisa do controle das populações, “por las buenas o por las malas”.¹⁸

Evidentemente, estas ideias conservadoras, que buscam compor algum consenso para tais processos de exploração violenta, e que têm ressurgido com força nos últimos anos, não apareceram aleatoriamente e nem de forma pontual e dispersa. Elas vêm surgindo de modo articulado e impulsionadas pelas grandes mídias e outros canais, como um conjunto coeso de análises e propostas, que abarca várias problemáticas. Estas, por sua vez, são em geral muito similares em diversos países de ocidente, desde os centrais aos periféricos. Incluem quase de forma permanente questões culturais, religiosas fundamentalistas e de valores arcaicos, dentre eles, a culpabilização da imigração pelo desemprego, a demanda de recomposição da família tradicional ameaçada por novos formatos, o ataque à diversidade sexual e, mais especialmente, o fortalecimento de uma ordem política reacionária e anticomunista, e a restauração de uma masculinidade patriarcal em grande parte superada pelo novo papel social das mulheres.

A difusão desta lógica ideologizante do cotidiano e em especial dos processos eleitorais, seguindo o exemplo dos países já tomados pela onda conservadora e, em particular, grandiloquentemente adotada por Trump, tomou também em cheio o Brasil a partir de 2017 com a campanha de Bolsonaro,

18 – Dito popular da América Latina que se refere a alcançar um objetivo seja pelo convencimento ou através de métodos violentos.

que com uma força tão contundente como inesperada garantiu a chegada ao poder do até então apagado, porém sinistro militar reformado, e obscuro deputado, apoiado por um leque muito amplo das elites, dos militares, dos políticos, de juizes, da imprensa hegemônica etc.

Importante também mencionar que este processo, extremamente rápido, e que, em grande medida, acabou desnor-teando a oposição, se deveu em boa parte ao escasso valor que tem sido dado pelas forças progressistas aos temas das desigualdades de gênero, racismo, orientação sexual, dentre os mais importantes. Estas questões têm problematizado muito as sociedades nas últimas décadas, mas continuaram sendo secundarizadas e rotuladas como pautas identitárias, ou foram relegadas, apesar dos inúmeros casos de importância decisiva ligados a estas agendas e que têm influenciado e até definido pleitos eleitorais.

Outro elemento muito importante dessa ideologização da agenda pública tem sido promovido pelas transformações da configuração religiosa no Brasil dos últimos 30 anos. Se a partir dos anos 90 começa um expressivo crescimento das igrejas evangélicas, em particular as neopentecostais, o panorama até então estava dominado pela igreja católica. Ela vinha influenciada pela Doutrina Social da Igreja e a partir do ano de 1965 - quando finaliza o Concílio Vaticano II – pelas suas diretrizes conciliares, que tiveram um enorme efeito prático sobre as ações das igrejas. Especialmente na América Latina, a Teologia da Libertação, da “opção pelos pobres” se impôs e se alastrou pelos territórios, proclamando a necessidade de mudanças nas estruturas de um sistema gerador de injustiças sociais, dentre outras profundas modificações. Também a Igreja latino-americana se notabilizou pela multiplicação militante de seus membros, que buscaram desenvolver formas para a aplicação concreta do espírito conciliador na luta pelos Direitos Humanos e pela inclusão social dos mais desfavorecidos. O Brasil não escapou dessa onda e as Pastorais se multiplicaram nas regiões rurais e também urbanas do país, e vários bispos ficaram à frente desse processo de expansão. Nesse marco, grande parte da esquerda brasileira e, em particular, o PT – Partido dos Trabalhadores, se baseou e foi alentado por essa perspectiva da igreja católica, que continuava conservadora em suas pautas sobre sexualidade, aborto, identidade sexual etc., mas que no campo social promovia um espírito de igualdade e justiça social em seus membros, especialmente em seus militantes. Assim, é importante salientar a ideia da manutenção de uma pauta conservadora na sua essência ideológica e uma agenda progressista no campo da política econômica e social.

Porém, o processo muito rico de ampliação das forças feministas nos partidos políticos e na sociedade, junto com as pautas de combate ao racismo – ainda mais resistentes – e do movimento LGBT e de enfrentamento a AIDS, foi modificando o panorama conservador e as pautas morais dogmáticas, na política de âmbito nacional na década de 1980 o que terá posteriormente implicações nos posicionamentos internacionais. Esta presença feminista, em especial, vai se fortalecendo no processo de redemocratização, com o surgimento do Plano Nacional de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM) de 1984 e a criação do Conselho Nacional dos Direi-

tos da Mulher em 1985, e em 1988 na Assembleia Constituinte, com uma marcante e ativa presença do “Lobby do batom” que alcançou triunfos muito significativos. Estes processos nacionais foram repercutir na década seguinte no Ciclo de Conferências da ONU, no qual o PAISM foi referência para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e pouco mais tarde, em 1995, na Conferência da Mulher em Beijing. Assim, as pautas feministas foram se alargando e tomando relevância no panorama político nacional e internacional, no marco de fortes disputas e contradições. Já nos anos 2000, os avanços são inegáveis e percorrem uma ampla gama que compreende direitos econômicos, sociais, políticos, mas sobretudo culturais, em termos de autonomia sexual e reprodutiva para as mulheres, e de ampliação da sua participação no mercado de trabalho, ainda que em disputa com a avassaladora presença internacional da lógica neoliberalizante.

É importante destacar que, a partir da década de 1990, tais processos de avanços não só nas pautas públicas, como também as mudanças profundas no papel das mulheres nas sociedades, foram acontecendo de maneira concomitante com o crescimento das igrejas neopentecostais, algumas delas surgidas e fortalecidas com recursos e interesses norte-americanos na região, e com posicionamentos fundamentalistas a partir de leituras literais dos livros sagrados, sobretudo do Antigo Testamento.¹⁹ Tais igrejas foram progressivamente amplificando vozes de uma nova “Teologia da prosperidade”, que em muito se aproxima das lógicas neoliberais do individualismo e do empreendedorismo, e que ao mesmo tempo foi se distanciando da “opção pelos pobres”, opção esta que foi sendo abandonada até pela própria militância católica petista e, em geral, por uma esquerda que a partir dos anos 2000 irá se centrar na luta por direitos e políticas públicas e pelo Estado laico. Seria interessante aprofundar os estudos e debates sobre estes processos que foram lidos em certo sentido como de “racionalização da vida” e, ao mesmo tempo, de “distanciamento da espiritualidade” e que deixaram um vácuo que foi aproveitado pelas correntes neopentecostais, que se apresentaram como reação à racionalização da teologia. “A velha ideia franciscana de exaltação da pobreza foi satanizada” e o nicho foi preenchido com a teoria da prosperidade e o “fetiche do capital”.²⁰

Por sua parte, o evangelismo, em especial o neopentecostal, também investiu fortemente na política eleitoral, desde finais da década de 90, em primeira instância votando em alianças com a bancada católica e, em um segundo momento, apoiado pelas alianças eleitorais e de composição política do chamado “presidencialismo de coalizão” que continuou impondo essa tônica aos governos Lula e Dilma. Ao mesmo tempo em que durante esses governos a agenda feminista avançava, tratou-se de uma trajetória com profundas contradições, que navegou, em muitos casos, ao sabor das alianças com as can-

19 Nos EUA estas perspectivas têm se misturado com o crescimento de movimentos de ultradireita e atuação no interior do governo e dos serviços de inteligência e do departamento de Estado, com agressiva atuação na política internacional a partir de visões belicosas e apocalípticas.

20 Palestra do Prof. Marcus Baccaga, grupo fechado\ Laboratório de história das religiões.

didaturas e as bancadas evangélicas e também com a hierarquia da Igreja católica, no Acordo Brasil – Vaticano, assinado em 2010, relativo ao ensino religioso e outras pautas.

Também, a instalação de um ciclo de restauração conservadora no Vaticano desde finais da década de 1990, em resposta aos avanços do Ciclo de Conferências da ONU, pode ter contribuído para certo afastamento e arrefecimento da militância católica ligada ao PT, em um momento simultâneo à expansão agressiva e com abundantes recursos das propostas de uma grande diversidade de igrejas neopentecostais.

Nesse cenário, irá ocupar espaço o discurso cristão sobre a “ideologia de gênero” que surgiu nos anos 90²¹, como uma reação ao sucesso das feministas na incorporação de conceitos e direitos sobre saúde sexual e reprodutiva nos documentos oficiais de diversas conferências sociais da ONU, e adotados por grande número de países, dentre eles o Brasil. A contestação a tais avanços não tardou a aparecer na esfera política e na sociedade, capitaneada pelo próprio Vaticano, que rejeitou a adoção da categoria de gênero nas políticas públicas.

*O peso relativo do posicionamento católico contra o aborto não é nada trivial nessa genealogia. Seja por sua longevidade, ou porque, como se observa em outros países tais como Itália (Garbagnoli, 2018), as campanhas contra a “ideologia de gênero”, que tomaram densidade na segunda metade dos anos 2000, se basearam na infraestrutura preexistente das campanhas antiaborto.*²²

É importante mencionar que a diplomacia brasileira cumpriu um papel importante nestes processos a partir da Conferência do Cairo e em todo o ciclo no qual conseguiu, em aliança com o México, afastar vários países do alinhamento com o Vaticano, culminando na Conferência de Durban em 2001, com uma importante presença e posicionamento contra o racismo e impulsionando conceitos e debates de grande repercussão. Nos governos Lula e Dilma, a atuação da diplomacia brasileira sustentou uma agenda sólida e avançada em termos de Direitos Humanos e direitos das mulheres, ainda que não isenta de problemas e contradições, especialmente pelas agendas regressivas de vários países menos desenvolvidos muitas vezes, aliados em outras batalhas econômicas e sociais em âmbito internacional, mas sobretudo pelas próprias contradições e dissensões internas que foram crescendo nos 13 anos de governos petistas.

Este breve resumo das vicissitudes e disputas na sociedade brasileira, com reflexos na atuação internacional e vice-versa, nos mostra parte das profundas transformações sociais e demográficas que vivenciou o Brasil na etapa pós democratização das últimas décadas.

3 – O BRASIL MISÓGINO

Decididamente, as transformações na situação e *status* das mulheres na sociedade brasileira geraram mudanças profundas.

*Ou seja, ao longo dos últimos trinta anos, se desestabilizaram as ordens de gênero e da sexualidade (assim como o padrão das relações de raça e etnia) no país. As reações viscerais que essa desestabilização provocou são inevitáveis na análise e na interpretação das mentalidades e formações hoje politicamente dominantes: a reatividade de masculinidades ameaçadas, a revulsão da lógica heteronormativa (e binária), compartilhada tanto por homens como por mulheres, a revanche da branquitude que deixou de ser a única métrica do “melhor”. Do nosso ponto de vista, a imbricação simbólica da “ideologia de gênero” (Peto, 2018) prosperou nesse ambiente, sendo, por tanto, uma chave de leitura imprescindível para compreender como e por que se fechou o ciclo democrático que teve início nos anos 80.*²³

O bolsonarismo soube captar essa demanda por valores tradicionais e esses sentimentos reativos, catapultando os ressentimentos de uma masculinidade perdida e impotente frente ao seu novo papel social, de um racismo eivado de privilégios, de uma homofobia assustada e reprimida, buscando restaurar uma ordem falocêntrica, patriarcal e racista, dialogando com uma base social em grande parte de militares, policiais e ex-policiais, e milícias – essas “filhas bastardas da ditadura”.²⁴ A volta desinibida de expressões de ódio e de agressividade pública de setores que estavam escondidos se espalha pelas ruas e pela internet. Um público que quer de volta uma masculinidade perdida e que tem utilizado, entre outros, argumentos de supostos ataques à infância. A “ideologia de gênero” e o “kit gay” jogaram assim um papel fundamental na viabilização eleitoral de Bolsonaro, apelando a essa visão misógina e moralista que esses setores cultuam e que já não tem volta. Isto também é parte do pacote ideológico da onda neoconservadora no ocidente.

A chamada “ideologia de gênero”

Assim, um dos temas mais publicizados desse eixo ideológico que fundamenta o governo Bolsonaro, tanto na sua política interna quanto na externa, é justamente o do combate às propostas de igualdade de gênero e raciais que a nossa sociedade foi conquistando. O combate à “ideologia de gênero”, que vem pautando uma série de projetos de leis em tramitação nas diferentes instâncias do poder legislativo brasileiro, vai também se tornar um cavalo de batalha dentro do arsenal ideológico utilizado nos planos do governo para sua política externa.

O agressivo enfrentamento ao que chamam “ideologia de gênero”, que forma parte do conjunto que estas novas direitas ultraconservadoras amplificam e assumem no Bra-

21 Machado, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. Rev. Estud. Fem. 2018, vol.26, n.2 <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>.

22 Sonia Corrêa e Isabela Kalil. Políticas Anti-gênero em América Latina: Brasil – a catástrofe perfeita?. Rio de Janeiro: ABIA, SPW – Observatório de Sexualidade e Política. 2020.

23 Op. Cit. Corrêa, S e Kalil, I

24 Termo usado por Luiz Eduardo Soares.

sil e no mundo, também terá motivos e funções diversas para o governo Bolsonaro. Seja tendo como alvo os direitos das mulheres a sua sexualidade, como também considerando o papel econômico das mulheres – construído sobre a divisão sexual do trabalho –, tais enfrentamentos buscam reforçar as desigualdades de gênero e raça, para manter a exploração e também facilitar a precarização do trabalho e a privatização dos serviços públicos, dentre outros aspectos centrais para as propostas econômicas do atual governo.

O uso do enfrentamento à “ideologia de gênero” nas atuais concepções de cunho conservador busca justamente renovar a exploração das mulheres, utilizando especialmente linguagens e práticas que incluem o confronto com a perspectiva de gênero, seu disciplinamento para a realização do trabalho doméstico não mercantilizado, a captura das mulheres em uma religiosidade puritana, a demonização do erotismo feminino, ao mesmo tempo em que fortalece a coisificação do corpo das mulheres, o controle sobre seus corpos e sobre a livre escolha da maternidade, promovendo o empreendedorismo e o microcrédito para esconder o desemprego estrutural, a informalidade e até mesmo empurrá-las cada vez mais para a ilegalidade e as prisões, o uso generalizado de medicamentos contra a decepção e frustração com suas vidas cotidianas, o seu endividamento progressivo e as violências que sofrem diariamente. Realmente, o aprofundamento do processo de domesticação das mulheres continua sendo essencial para a acumulação capitalista, como Federici enfatiza.

Particularmente no Brasil atual, a nova fase da acumulação do capital, modificando a esfera pública segundo os interesses do setor empresarial, está se utilizando deste governo autoritário e repressivo para garantir a implementação de um rigoroso modelo de privatizações, exploração do trabalho, extrativismo e desemprego massivo, que só é possível ser implementado com repressão e criminalização dos movimentos sociais. Este, de fato, é o panorama que vemos se consolidando não só no Brasil, como em vários países da região.

Ainda que de modo sucinto, se faz importante mencionar que estes governos autoritários estão utilizando e aprofundando algumas estratégias de controle populacional, tanto em termos de “domesticação”, como de aniquilamento das populações que se tornam crescentemente excedentes, e que já se expressam no chamado “genocídio” dos jovens de comunidades pobres, em especial jovens negros, no caso do Brasil.

No sentido da sinalização deste caminho, focado no enfrentamento à tal ideologia de gênero e no desrespeito aos Direitos Humanos, a escolha de Damares Alves, pastora evangélica, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de atender uma indicação da bancada religiosa, corresponde ao enfoque de políticas públicas que se pretende nestes temas. Também a intolerância religiosa, especialmente contra as religiões de matriz africana, tem sido fomentada com alusões demonizadoras e ataques racistas, buscando a sujeição e o medo da população negra. A atua-

ção da Ministra Damares Alves não deixa dúvidas sobre seu alinhamento ao eixo ideológico do governo em temas como negacionismo, antifeminismo e racismo.²⁵

Por sua vez, a atuação do Itamaraty, em conjunto com o citado Ministério, também tem provocado situações esdrúxulas em que o governo Bolsonaro “se isola entre os governos ocidentais e silencia diante de propostas na ONU para limitar os direitos das mulheres, inclusive o de impedir acesso à informação, direito à autonomia do corpo e vetar educação sexual”.²⁶ Inclusive, o governo brasileiro em diversas ocasiões aparece votando junto com Afeganistão, Sudão e Egito, países longamente referidos como opositores aos direitos das mulheres. “Esta atuação lamentável acaba destruindo décadas de construção de um posicionamento brasileiro progressista e distante dos fundamentalismos religiosos, como corresponderia a um país laico segundo a nossa Constituição, como também de país comprometido com a defesa dos Direitos Humanos”.²⁷

O enfrentamento ao que nomeiam como “ideologia de gênero” se erige assim nos ambientes internacionais como uma política antidireitos, colocando o país na defesa de posicionamentos retrógrados quando não francamente falsos²⁸, e ao mesmo tempo servindo de alibi ao fortalecimento das direitas ultraconservadoras nos âmbitos multilaterais. Igualmente, no âmbito interno do país, o uso dessa categoria vai promovendo a docilidade das mulheres e de grandes camadas da população, ao mesmo tempo em que avança na expansão dos negócios da ilegalidade, promovendo a asfixia dos movimentos sociais, em particular o potente movimento feminista e suas bandeiras igualitárias, e espalhando preconceitos e retrocessos no campo dos direitos das mulheres.

Como bem explicitou em debate recente o filósofo italiano Franco Berardi, a “ideologia de gênero” é uma resposta advinda da impotência dos supremacistas brancos, “impotência que tem produzido desejos de vingança irracional, pelo perigo que se apresenta ao macho dominador imperialista. Com a mudança demográfica mundial, o aumento dos povos colonizados e a força do movimento feminista, isso produziu medo, e por isso uma reação agressiva do machismo branco e senil”.²⁹

Entretanto, devemos pontuar que esta lógica neoconservadora ocidental acaba de sofrer um forte revés com a derrota de Trump na batalha pela reeleição. A perspectiva de triunfo de Joe Biden e Kamala Harris para a presidência e vice-presidência nos EUA abre alguns desafios e inflexões que precisa-

25 <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/lideranca-critica-a-docao-irregular-de-crianca-indigena-por-damares/>

26 <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/07/17/brasil-se-isola-no-ocidente-e-silencia-diante-de-propostas-contras-mulheres.htm?cnpid=copiaecola>

27 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/governo-bolsonaro-exclui-violencia-policia-de-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos.shtml> 12/06/20.

28 <https://revistaforum.com.br/politica/itamaraty-distribui-material-didatico-atacando-lula-mst-argentina-e-aborto/>

29 Entrevista a filósofo italiano Franco “Bifo” Berardi. <https://www.youtube.com/watch?v=M3SX4gRBrKc&feature=youtu.be>

mos analisar. Em primeiro lugar, porque significa uma virada na agenda ultraconservadora de Trump em termos de direitos dos movimentos de mulheres, negros, LGBTIQ, da diversidade religiosa e dos migrantes, dentre os que sofreram justamente seus maiores impactos, e que terá com certeza alguma reversão importante. De fato, ainda que seja uma agenda muito limitada em diversos aspectos políticos nacionais e internacionais, também provocará um revés importante nas restrições aos direitos de identidade de gênero, como também uma queda no seu impulso internacional, que irá sofrer um desfalque importante dentro da ONU e nos espaços de negociação. Assim, em breve poderíamos observar até uma perda no furor da onda conservadora em andamento.

A importância, porém, pode-se refletir em uma agenda propositiva do governo Biden. Ainda que em termos econômicos ele mantenha os elementos da agenda ultraneoliberal e de defesa da hegemonia norte-americana, com seus impactos negativos sobre a nossa região, possivelmente o fará combinando tais elementos com uma mudança no clima antidireitos imposto por Trump e com uma agenda de retomada de uma *impronta* de restauração dos “direitos das minorias”. É inegável que existe essa grande expectativa de reversão do atual clima de desdemocratização e de impulso ao patriotismo militarista, aos modos conservadores de vida e aos valores familistas, às práticas racistas e de enfrentamento aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Resumindo finalmente os elementos que desenvolvemos no artigo, e que estariam determinando a política externa brasileira, podemos dizer que buscam implementar uma política de interesses financeiros neoliberais ligados ao ocidente (e justamente no momento de crise de transição que o questionado e insustentável sistema capitalista vive) e à manipulação e subjetivação necessárias para a (re)domesticação das convulsões sociais que disputam suas sobrevivências nos territórios.

Este cenário nacional de retrocesso de direitos e manipulação da informação, mas também de políticas de ódio e de impulso ao machismo e ao racismo, combinado à militarização e violência nos territórios, inter-relaciona-se com o cenário global, possibilitando e expressando os eixos nos quais se apoiam a atual política externa brasileira ideologizada e suas relações privilegiadas e de subserviência com os EUA.

“Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberal, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram”³⁰ em um processo de desdemocratização de nossas sociedades, como brilhantemente conceitua Wendy Brown.

Possivelmente, os novos tempos promovidos pela organização social nos EUA, que derrotaram Trump e deram a vitória a Biden, poderão contribuir para mudar ao menos essa extrema ideologização da política brasileira. Entretanto, o fascis-

mo não é uma “moda” que as elites escolhem, trata-se antes de uma lógica fundamentalista do capital, que tem de ser aplicada toda vez que a implementação de um violento processo de espoliação está em curso, e que só pode avançar via terror, enquanto contra exercício da cidadania. Só a expressão da organização social rebelde pode efetivamente mudar os rumos políticos.

30 Brown, Wendy. “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente”. São Paulo: Editora Politeia. 2019.

AUTORA

Graciela Rodriguez é socióloga, coordenadora do Instituto EQUIT-Gênero, Economia e Cidadania Global, membro da REBRIP-Rede Brasileira pela Integração dos Povos e da Rede de Gênero e Comércio.

FICHA TÉCNICA

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

Responsáveis:
Christoph Heuser, representante da FES no Brasil
Gonzalo Berrón, diretor de programas

www.fes-brasil.org

Contato:
fesbrasil@fes.org.br

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Subordinada, ideologizada e misógina



A política externa do atual governo se baseia e se fortalece no processo de golpe que vivemos no Brasil desde 2016 e das tramas que o provocaram. Estas muito ligadas aos fios laçados entre os interesses norte-americanos na região e as novas lógicas econômicas determinadas pelo sistema financeiro internacional, utilizam para sua viabilização elementos neoconservadores que têm crescido no mundo ocidental.

Nas últimas décadas a internacionalização crescente dos capitais nacionais, formando parte dos fluxos financeiros do sistema global, foi submetendo a economia brasileira à lógica rentista extrativista e provocando a desindustrialização paulatina do país. Estas mudanças econômicas foram promovendo transformações estruturais nas classes dominantes e, inclusive, sobre seus arranjos de poder com setores das ilegalidades.



Essas classes financeirizadas irão desenhar o novo jogo político, incluindo agora uma aliança subordinada aos capitais internacionais e, em particular, aos capitais norte-americanos dominantes na região e suas empresas transnacionais com interesses no país. Assim, com a chegada de Bolsonaro percebeu-se que existia coerência nessa submissão aos interesses de EUA e no desmonte do estado brasileiro, para favorecer o investimento extrativista.

Decididamente, nas últimas décadas as transformações na situação e status das mulheres na sociedade brasileira geraram mudanças profundas. O bolsonarismo soube captar a demanda por valores tradicionais e sentimentos reativos, catapultando os ressentimentos de uma masculinidade perdida e impotente frente ao seu novo papel social, de um racismo eivado de privilégios, de uma homofobia assustada e reprimida, buscando restaurar uma ordem patriarcal e racista, dialogando com uma base social em grande parte de militares, policiais e milicianos.



O agressivo enfrentamento ao que chamam “ideologia de gênero”, que forma parte do conjunto que estas novas direitas ultraconservadoras amplificam e assumem no Brasil e no mundo, tem como alvo os direitos das mulheres a sua sexualidade, como também o papel econômico das mulheres. Tal enfrentamento busca reforçar as desigualdades de gênero e raça, para manter a exploração e também facilitar a precarização do trabalho e a privatização dos serviços públicos, dentre outros aspectos centrais para as propostas econômicas do atual governo.

Para mais informações sobre o tema, acesse:

www.fes-brasil.org